



## CÂMARA MUNICIPAL DE ALUMÍNIO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 002. PROVA OBJETIVA

#### AGENTE DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números 01 a 03.



(M. Schulz, "Manduim Charles".  
<https://cultura.estadao.com.br/quadrinhos>. 13.07.2024)

01. No 3º quadro, **fraco** significa

- (A) com danos, o que se opõe ao suspiro de esperança da personagem no 1º quadro.
- (B) pouco desenvolvido, o que corrobora o suspiro de raiva da personagem no 1º quadro.
- (C) muito sensível, o que se opõe ao suspiro de entusiasmo da personagem no 1º quadro.
- (D) sem vigor, o que corrobora o suspiro de desânimo da personagem no 1º quadro.
- (E) débil ao impacto, o que corrobora o suspiro de indiferença da personagem no 1º quadro.

02. De acordo com a norma-padrão, a frase – Ainda está com problemas no jardim? (2º quadro) – está adequadamente reescrita em:

- (A) O jardim ainda têm problemas?
- (B) Ainda há problemas no jardim?
- (C) Ainda existe problemas no jardim?
- (D) Ocorre problemas no jardim ainda?
- (E) Ainda possuem problemas o jardim?

03. Você tem a impressão \_\_\_\_\_ seu feijão está fraco? Talvez ele não esteja apto \_\_\_\_\_ exercícios, \_\_\_\_\_.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas da frase devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) de que ... com os ... negligenciando eles
- (B) que ... aos ... negligenciando-lhes
- (C) de que ... aos ... negligenciando-os
- (D) que ... dos ... negligenciando eles
- (E) de que ... com os ... negligenciando-nos

Leia o texto para responder às questões de números **04 a 10**.

*Praticar exercícios na meia-idade pode “reverter” anos de sedentarismo*

Um estudo de larga escala realizado por pesquisadores australianos trouxe boas notícias para aqueles que engrenaram nos exercícios físicos apenas na meia-idade.

De acordo com o trabalho publicado na revista *Plos Medicine* (02/05/2024), mesmo que o engajamento nas atividades esportivas ocorra durante uma etapa mais tardia da vida, é possível reverter os efeitos do sedentarismo e obter ganhos para a saúde física e mental, garantindo um envelhecimento com mais qualidade de vida.

O trabalho acompanhou, por mais de duas décadas, a saúde de 11 mil mulheres na faixa etária entre os 47 e os 52 anos. A linha de corte entre as sedentárias e as que praticavam atividades físicas foram os 150 minutos recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Durante o período no qual o estudo foi realizado, as voluntárias passavam por exames e entrevistas periódicas.

Os pesquisadores concluíram que as mulheres que começaram a se exercitar regularmente na meia-idade conseguiram resultados comparáveis aos das voluntárias que tinham esse hábito de saúde consolidado antes – em média, os dois grupos tinham três pontos percentuais à frente das que nunca ou raramente se exercitavam.

“Nossas descobertas sugerem que, para manter uma boa qualidade de vida relacionada à saúde física por volta dos 70 anos, é possível ‘compensar’ o fato de não ter sido regular mais cedo, tornando-se ativo por volta dos 50 anos”, escreveram os cientistas da Universidade de Sydney, no texto de divulgação dos resultados.

Os pesquisadores afirmam que estudos específicos precisam ser feitos analisando dados de voluntários homens, mas eles afirmam que há motivos para acreditar que os resultados serão parecidos.

Entre os benefícios da atividade física regular, estão a diminuição do risco de mortalidade por doenças cardiovasculares, hipertensão e diabetes tipo 2. O exercício também atua positivamente na manutenção da saúde mental, cognitiva, melhora o sono e a memória.

(Érica Montenegro. <https://www.metropoles.com/saude>, 05.05.2024. Adaptado)

**04.** A leitura do texto permite concluir corretamente que a prática de exercícios na meia-idade

- (A) deve ser vista com cautela, pois os sedentários têm vida melhor do que aqueles que treinam.
- (B) pode compensar os efeitos do sedentarismo, contribuindo para uma velhice mais saudável.
- (C) precisa se intensificar após os 50 anos, mas seus efeitos serão pouco evidentes aos 70 anos.
- (D) deve reverter os malefícios causados por várias doenças, das quais os homens não são alvos.
- (E) pode ser pouco vantajosa à saúde das pessoas quando elas estiverem beirando os 70 anos.

**05.** Está empregado em sentido figurado o termo destacado em:

- (A) ... que **engrenaram** nos exercícios físicos apenas na meia-idade. (1º parágrafo)
- (B) ... garantindo um **envelhecimento** com mais qualidade de vida. (2º parágrafo)
- (C) ... as voluntárias passavam por **exames** e entrevistas periódicas. (3º parágrafo)
- (D) ... os dois grupos tinham três **pontos** percentuais à frente... (4º parágrafo)
- (E) ... **escreveram** os cientistas da Universidade de Sydney... (5º parágrafo)

**06.** Na passagem – ... que tinham esse hábito de saúde consolidado **antes**... (4º parágrafo) –, o termo “antes” pertence à mesma classe de palavra e estabelece a mesma relação de sentido que o termo destacado em:

- (A) Um estudo de **larga** escala realizado por pesquisadores australianos... (1º parágrafo)
- (B) ... garantindo um envelhecimento com **mais** qualidade de vida. (2º parágrafo)
- (C) O trabalho acompanhou, por mais de **duas** décadas... (3º parágrafo)
- (D) ... que começaram a se exercitar **regularmente** na meia-idade... (4º parágrafo)
- (E) ... é possível ‘compensar’ o fato de não ter sido regular mais **cedo**... (5º parágrafo)

**07.** Sem prejuízo de sentido ao texto, na passagem do 2º parágrafo – De acordo com o trabalho publicado na revista *Plos Medicine* (02/05/2024), **mesmo que** o engajamento nas atividades esportivas ocorra durante uma etapa mais **tardia** da vida... –, as expressões destacadas podem ser substituídas, correta e respectivamente, por:

- (A) quando ... avançada
- (B) já que ... intermediária
- (C) desde que ... precoce
- (D) embora ... extemporânea
- (E) à medida que ... breve

**08.** Um estudo de larga escala realizado por pesquisadores australianos trouxe boas notícias \_\_\_\_\_ que chegaram \_\_\_\_\_ meia-idade e resolveram dedicar-se \_\_\_\_\_ atividades físicas.

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas da frase devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) àqueles ... a ... as
- (B) aqueles ... a ... à
- (C) àqueles ... à ... às
- (D) aqueles ... à ... às
- (E) àqueles ... à ... à

09. Com base no sentido e na norma-padrão de pontuação, a frase final do texto – O exercício também atua positivamente na manutenção da saúde mental, cognitiva, melhora o sono e a memória. – admite a seguinte reescrita:
- (A) O exercício também atua positivamente na manutenção da saúde mental, cognitiva; além disso, melhora o sono e a memória.
- (B) O exercício também atua positivamente na manutenção da saúde mental, cognitiva. No entanto melhora o sono e a memória.
- (C) O exercício também atua positivamente na manutenção da saúde mental, cognitiva tanto que, o sono e a memória melhoram.
- (D) O exercício também atua positivamente na manutenção da saúde mental, cognitiva – uma vez que, melhora o sono e a memória.
- (E) O exercício também atua positivamente na manutenção da saúde mental, cognitiva. A fim de melhorar o sono e a memória.
10. A reescrita de informações do texto está em conformidade com a norma-padrão de colocação pronominal em:
- (A) A pesquisa mostra que mulheres que regularmente exercitaram-se após a meia-idade conseguiram resultados animadores.
- (B) Pesquisadores acreditam que, quando analisarem-se dados de voluntários homens, os resultados serão parecidos.
- (C) O trabalho publicado na revista sugere que é possível ‘compensar’ o fato de não ter exercitado-se regularmente mais cedo.
- (D) Com a atividade física regular, diminuirá-se o risco de mortalidade por doenças cardiovasculares, hipertensão e diabetes tipo 2.
- (E) Conforme a pesquisa, podem reverter-se os efeitos do sedentarismo e obter ganhos para a saúde com a prática de exercícios.
11. Certo dia, às 12h, um trem chegou à estação final do metrô. Todos os passageiros que chegaram nesse trem deixaram a estação por uma das duas saídas, A ou B, de maneira que, pela saída A, passaram três quartos dos passageiros, e, pela saída B, os demais passageiros. A partir desse horário, a cada 3 minutos, chegou um trem a essa estação, com o mesmo número de passageiros do trem que chegou às 12h, e que deixaram a estação pelas mesmas saídas e na mesma proporção. Após os passageiros do trem que chegou às 14h deixarem a estação, a diferença entre os números totais de passageiros que deixaram a estação pelas saídas A e B ficou igual a 16810.
- O número de passageiros que chegaram em cada trem foi
- (A) 810.
- (B) 820.
- (C) 830.
- (D) 840.
- (E) 850.
12. Na casa de André estão instalados dois sensores de movimento. Esses sensores são alimentados com um mesmo tipo de pilha, de maneira que, com uma pilha nova, um dos sensores funciona por 200 horas e o outro por 320 horas. As pilhas desses sensores são substituídas por pilhas novas de acordo com a durabilidade em cada um. Se às 6h do dia 6 de junho cada um desses sensores recebeu uma pilha nova, a próxima vez em que esses dois sensores receberão novas pilhas, ao mesmo tempo, será no dia
- (A) 25 de julho às 18h.
- (B) 30 de julho às 10h.
- (C) 8 de agosto às 8h.
- (D) 11 de agosto às 22h.
- (E) 16 de agosto às 16h.
13. Um centro de compras possui 20 lojas grandes e 55 lojas pequenas. Um projeto prevê a construção de 100 novas lojas nesse centro, algumas grandes e as demais pequenas. Se o projeto prevê que, após a construção das novas lojas, a razão entre o número total de lojas grandes e o número total de lojas pequenas seja igual a  $\frac{1}{6}$ , o número de novas lojas grandes será
- (A) 25.
- (B) 20.
- (C) 15.
- (D) 10.
- (E) 5.

14. Em certo dia, os funcionários de uma empresa participaram de três atividades, sendo que na primeira todos os funcionários participaram, e, nas duas últimas, apenas dois funcionários não participaram. A cada atividade, os funcionários eram divididos em grupos pequenos ou médios, cada tipo de grupo sempre com o mesmo número de pessoas. Na primeira atividade, os funcionários foram divididos em 18 grupos pequenos e 7 médios, na segunda atividade, eles foram divididos em 35 grupos pequenos, e na última atividade foram divididos em 14 grupos médios.

O total de funcionários dessa empresa é

- (A) 142.
  - (B) 166.
  - (C) 190.
  - (D) 214.
  - (E) 238.
15. Um novo sistema foi instalado em uma empresa e todos os 400 funcionários deverão fazer um treinamento para poder usá-lo. Na primeira semana de julho, os primeiros funcionários fizeram o treinamento e, nas outras semanas do mês, fizeram o treinamento 20% dos funcionários que não participaram da primeira semana de treinos.

Se no mês de julho, um total de 172 funcionários participou dos treinos, o número de funcionários que fizeram o treinamento, na primeira semana desse mês, foi

- (A) 25.
  - (B) 40.
  - (C) 80.
  - (D) 115.
  - (E) 160.
16. Uma equipe de 10 funcionários irá fazer a manutenção de todas as cadeiras referentes as 45 salas de aula de um prédio. Nesse prédio, cada sala de aula tem 32 cadeiras, e a equipe trabalhou 3 dias nessa tarefa, cada dia trabalhando por 3 horas.

A produtividade individual desses funcionários é a mesma, e a manutenção de todas as cadeiras de 15 salas de aula pode ser feita por uma equipe de 6 funcionários, se cada um trabalhar por 2 dias, cada dia com uma jornada de

- (A) 2 horas.
- (B) 2 horas e 30 minutos.
- (C) 3 horas.
- (D) 3 horas e 30 minutos.
- (E) 4 horas.

17. Carlos guarda suas camisas em armários diferentes, de acordo com seu tipo. Um quarto dessas camisas é social, 56 camisas são casuais e as demais camisas são esportivas, que correspondem a um terço do número de camisas sociais.

O total de camisas que Carlos possui é

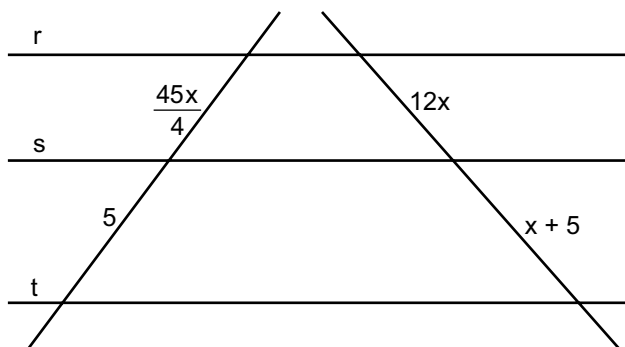
- (A) 60.  
 (B) 72.  
 (C) 84.  
 (D) 96  
 (E) 108.

18. As médias das idades de um grupo de 15 grandes mestres (GM) no xadrez é igual a 30 anos. Com exceção de Fausto, todos os outros se tornaram GM aos 15 anos. Considerando os tempos em que cada um desses enxadristas é GM, a média desses tempos é igual a 15,2 anos.

A idade que Fausto tinha quando se tornou GM era

- (A) 12 anos.  
 (B) 16 anos.  
 (C) 20 anos.  
 (D) 24 anos.  
 (E) 28 anos.

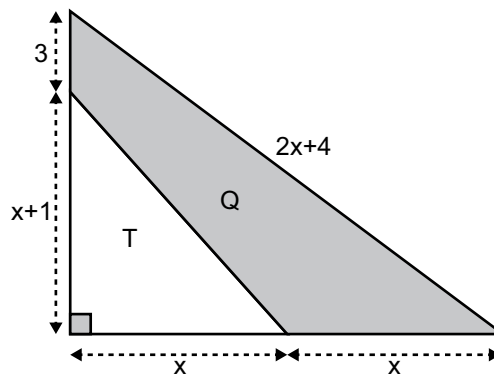
19. No plano, três retas,  $r$ ,  $s$  e  $t$ , são paralelas e foram cortadas por duas transversais, determinando segmentos, em centímetros, conforme indicados na figura, em que  $x$  é um número racional.



O valor de  $x$  é:

- (A)  $\frac{1}{6}$   
 (B)  $\frac{1}{5}$   
 (C)  $\frac{1}{4}$   
 (D)  $\frac{1}{3}$   
 (E)  $\frac{1}{2}$

20. Seja  $x$  um número racional. Um triângulo retângulo foi dividido em um quadrilátero  $Q$  e um triângulo  $T$ , conforme a figura, em que as medidas estão em centímetros.



A área do quadrilátero  $Q$ , acinzentado na figura, é

- (A)  $36 \text{ cm}^2$ .  
 (B)  $48 \text{ cm}^2$ .  
 (C)  $60 \text{ cm}^2$ .  
 (D)  $72 \text{ cm}^2$ .  
 (E)  $84 \text{ cm}^2$ .

**R A S C U N H O**

## LEGISLAÇÃO

**21.** Suponha que no âmbito da Câmara Municipal de Alumínio foi regularmente instaurada uma Comissão Especial de Inquérito com o fim de apurar a regularidade dos contratos emergenciais assinados durante a pandemia de COVID-19. Júlio, vereador e membro da referida comissão, requisitou a Luiz, Secretário de Saúde desde antes da decretação da pandemia, a exibição de diversos contratos que foram firmados por dispensa de licitação para a compra de um determinado remédio. Além disso, Ulisses, vereador e presidente da Comissão Especial de Inquérito, intimou Sara, Secretária Municipal da Fazenda, para prestar depoimento na qualidade de testemunha.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Orgânica do Município de Alumínio, é correto afirmar que

- (A) Luiz não deverá atender a requisição formulada por Júlio, na medida em que apenas o presidente da comissão especial de inquérito é dotado de competência para requisitar a exibição de documentos.
- (B) Sara não precisa comparecer para prestar depoimento na qualidade de testemunha, pois os secretários municipais são expressamente dispensados de tal incumbência.
- (C) Luiz tem quarenta e oito horas para encaminhar o que foi requisitado por Júlio, sob pena da prática de crime de responsabilidade.
- (D) Júlio tem competência para requisitar dos responsáveis a exibição de documentos e a prestação de esclarecimentos necessários, assim como pode proceder a vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas.
- (E) Ulisses, desde que em conjunto com os demais membros da comissão, pode convocar qualquer autoridade municipal para prestar esclarecimento e, o não atendimento à convocação, importará na prática do crime de desobediência.

**22.** De acordo com a Lei Orgânica do Município de Alumínio, o Prefeito deverá prestar à Câmara Municipal as informações solicitadas dentro de

- (A) cinco dias úteis, importando infração político-administrativa a recusa, o não atendimento, mas não a prestação de informação falsa.
- (B) dez dias corridos, não importando infração político-administrativa o não atendimento, em face da independência dos Poderes.
- (C) quinze dias úteis, importando infração político-administrativa a recusa, o não atendimento, bem como a prestação de informação falsa.
- (D) vinte dias corridos, não importando infração político-administrativa o não atendimento, em face da independência dos Poderes.
- (E) trinta dias úteis, importando infração político-administrativa a recusa, o não atendimento, bem como a prestação de informação falsa.

**23.** Considere que houve uma reorganização administrativa no Município de Alumínio e João, o novo Secretário de Administração, deseja escolher um órgão de imprensa para a divulgação das leis e dos atos administrativos.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Orgânica do Município de Alumínio, é correto afirmar que

- (A) a escolha do órgão de imprensa para a divulgação das leis e dos atos administrativos será feita por meio de licitação, em que se levarão em conta não só as condições de preço, como as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição.
- (B) a legislação municipal expressamente estabelece que os órgãos de imprensa devem ser escolhidos por meio de dispensa de licitação.
- (C) em face da reorganização administrativa, durante os primeiros noventa dias em que João atua como secretário, os atos poderão produzir efeitos antes de sua publicação.
- (D) em decorrência do princípio da publicidade expressamente previsto na legislação municipal, a publicação dos atos não normativos, pela imprensa, não poderá ser resumida.
- (E) a escolha do órgão de imprensa deve ser feita diretamente pelo Prefeito, pois é hipótese de licitação inexigível.

24. Suponha que Gabriel é eleitor do Município de Itu, trabalha em Cotia e tem 18 anos, e na última sexta-feira requereu na Prefeitura de Alumínio uma certidão relativa ao exercício do cargo do Prefeito.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei Orgânica do Município de Alumínio, é correto afirmar que

- (A) Gabriel não tem legitimidade ativa para requerer certidão relativa ao cargo do Prefeito de Alumínio, por ser eleitor de Itu.
- (B) a certidão requerida por Gabriel deverá ser fornecida pelo Presidente da Câmara Municipal.
- (C) o Secretário de Administração de Alumínio tem o prazo de 10 dias úteis para fornecer a certidão requerida por Gabriel.
- (D) o requerimento formulado por Gabriel deve ser indeferido, pois ele tem domicílio profissional em Cotia e não em Alumínio.
- (E) a certidão requerida por Gabriel deverá ser fornecida pelo Secretário de Governo em até 48 horas.

25. Considere que no centro do Município de Alumínio há um terreno público que não está sendo utilizado pela Prefeitura e que Aurora, moradora da zona rural da referida cidade, deseja solicitar a utilização de 10 m<sup>2</sup> da área para comercialização de produtos alimentícios.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Orgânica do Município de Alumínio, é correto afirmar que

- (A) em face do princípio da impessoalidade e da legalidade, é vedada a destinação de área pública para a comercialização de produtos alimentícios.
- (B) se veda a concessão de área pública para venda de produtos comestíveis, permitindo-se apenas para comercialização de jornais e revistas.
- (C) a área desejada por Aurora está acima do que dispõe a legislação, pois somente podem ser destinados 5m<sup>2</sup> para a venda de produtos alimentícios.
- (D) poderá o Poder Público destinar área de até 10 m<sup>2</sup> para comercialização de produtos alimentícios, permitida a venda de refrigerantes e cervejas.
- (E) o pedido de Aurora será indeferido, pois a concessão de terrenos públicos para comercialização de produtos alimentícios é restrita para os habitantes da zona urbana.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Em processo licitatório, nos termos da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, houve participação das microempresas A, B e C no consórcio D, tendo sido indicada a empresa A como líder desse consórcio. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta, considerando-se que não houve vedação no processo licitatório à participação de empresas consorciadas.

- (A) Podem as empresas B e C participar de outro consórcio na mesma licitação, mas o mesmo não é permitido à empresa A, líder do consórcio.
- (B) As empresas A, B e C não podem participar em outro consórcio no mesmo processo licitatório, mas podem concorrer no mesmo processo licitatório de forma isolada.
- (C) Como condição para participação na licitação, um dos documentos exigidos quanto à constituição do consórcio é o compromisso público ou particular de constituição do consórcio D, subscrito pelos consorciados.
- (D) O edital deve estabelecer um acréscimo mínimo de 40% para habilitação econômico-financeira do consórcio D, comparativamente com outros licitantes concorrentes individuais.
- (E) Há a responsabilidade solidária da empresa líder A na fase de licitação e na execução do contrato, respondendo as demais empresas B e C de forma subsidiária perante o poder público.

27. Determinado município pretende licitar a contratação de serviço técnico especializado de fiscalização, supervisão e gerenciamento de obra, cujo valor estimado é superior a R\$ 500.000,00. Levando-se em consideração não ser hipótese de inexigibilidade de licitação, é correto afirmar, de acordo com a previsão da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que o critério de julgamento será

- (A) exclusivamente por melhor técnica.
- (B) por melhor técnica; ou técnica e preço, na proporção de 70% de valoração da proposta técnica.
- (C) por menor preço ou maior desconto.
- (D) por técnica e preço ou melhor retorno econômico.
- (E) por técnica e preço, na proporção de 60% de valoração da proposta técnica.

28. O poder público municipal, através da licitação de serviços, pretende transferir a terceiros a execução de atividades materiais. De acordo com a previsão da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, é correto afirmar que ao poder público é permitida a terceirização de atividades
- (A) materiais instrumentais aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão, bem como fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado.
  - (B) que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade.
  - (C) materiais acessórias aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão, bem como, na contratação do serviço, indicar pessoas expressamente nominadas para executar o objeto contratado.
  - (D) materiais instrumentais aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão, bem como, na contratação do serviço, definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos.
  - (E) materiais complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão, bem como demandar, a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado, a execução de tarefas dentro do escopo do objeto da contratação.
29. Em processo licitatório, regido pela Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, definido o resultado do julgamento, assinale a alternativa correta acerca do procedimento cabível objetivando a negociação de condições mais vantajosas para a Administração.
- (A) Somente pode a Administração negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado quando sua proposta for superior ao preço máximo definido pela Administração.
  - (B) Ainda que a proposta do primeiro colocado seja inferior ao preço máximo definido pelo poder público, poderá haver negociação com todos os licitantes com o objetivo de alcançar condições mais vantajosas para a Administração.
  - (C) Somente pode a Administração negociar condições mais vantajosas com os dois primeiros colocados de forma conjunta, não sendo possível negociar com os demais licitantes.
  - (D) Quando a proposta do primeiro colocado for superior ao preço máximo definido pela Administração e ele não aceitar a redução, poderá ser desclassificado, passando-se à negociação com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.
  - (E) Se o primeiro colocado recusar as condições ofertadas pela Administração, será desclassificado ainda que sua proposta seja inferior ao preço máximo definido pela Administração.
30. A Administração Pública necessita adquirir *commodities* que possuem valores fluidos, negociados em bolsas de valores. Constantemente elas têm seus preços modificados pelas especulações mercadológicas. De acordo com a hipótese mencionada e a previsão da Lei nº 14.133 de 01 de abril 2021, assinale a alternativa correta.
- (A) Poderá ser utilizado o “credenciamento”, devendo a Administração registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação.
  - (B) Trata-se de hipótese de dispensa de licitação, sendo possível a utilização do procedimento auxiliar denominado “credenciamento”.
  - (C) Trata-se de hipótese de inexigibilidade de licitação, sendo obrigatória a utilização do procedimento auxiliar denominado “credenciamento”.
  - (D) Há vedação com relação à utilização dos procedimentos auxiliares das licitações na hipótese mencionada.
  - (E) Trata-se de hipótese de inexigibilidade de licitação, sendo possível a utilização do procedimento auxiliar denominado “pré-qualificação”.
31. Certo município pretende (1) vender bem imóvel por ele construído e já desafetado ao respectivo Estado da Federação onde está situado e (2) realizar a alienação de móveis de escritório inservíveis a particulares. De acordo com a previsão da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, é correto afirmar que
- (A) nas situações (1) e (2), exige-se interesse público devidamente justificado, avaliação prévia, autorização legislativa e licitação na modalidade leilão.
  - (B) as situações (1) e (2) são hipóteses de licitações dispensadas, exigindo-se autorização legislativa e interesse público devidamente justificado.
  - (C) nas situações (1) e (2), exige-se interesse público devidamente justificado, avaliação prévia, autorização legislativa e licitação na modalidade concorrência.
  - (D) a situação (1) trata de hipótese em que a licitação é dispensada, e a situação (2) depende de licitação na modalidade leilão.
  - (E) a situação (1) exige apenas autorização legislativa, e a situação (2) exige licitação na modalidade de concorrência.

- 32.** Sobre o orçamento previamente estimado da contratação, assinale a alternativa correta de acordo com o disposto na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.
- (A) No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, a pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas deve ser utilizada como parâmetro preferencial para definição do orçamento previamente estimado.
  - (B) Terá caráter obrigatoriamente público.
  - (C) Poderá ter caráter sigiloso, desde que devidamente justificado e sem prejuízo da divulgação dos elementos necessários à elaboração das propostas, mas o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.
  - (D) Deverá ter caráter sigiloso na licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto.
  - (E) No processo licitatório para aquisição de bens, o orçamento estimado será definido, exclusivamente, com base no melhor preço aferido no banco de preços disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas.
- 33.** Sobre parceria público-privada, assinale a alternativa correta de acordo com o disposto na Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004.
- (A) É requisito obrigatório em toda parceria público-privada a existência de contraprestação pecuniária do poder público ao parceiro privado.
  - (B) A contraprestação da Administração Pública será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de parceria público-privada.
  - (C) Parceria público-privada na modalidade concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços em que a Administração Pública seja usuária direta, não podendo envolver a execução de obra.
  - (D) É admitida contraprestação do poder público nas parcerias público-privadas mediante ordem bancária ou cessão de créditos tributários.
  - (E) É cabível parceria público-privada com prazo de vigência do contrato de 20 anos, prorrogável por igual período.
- 34.** Sobre as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), assinale a alternativa correta de acordo com a previsão da Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999.
- (A) Estão aptas à obtenção da qualificação de OSCIP as mantenedoras de instituições hospitalares privadas não gratuitas e as escolas privadas dedicadas ao ensino formal gratuito.
  - (B) A pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação de OSCIP, deverá formular requerimento escrito dirigido ao Ministério da Justiça e, uma vez deferido, estará apta à formalização de contrato de gestão com o poder público.
  - (C) As pessoas jurídicas, interessadas em se qualificarem como OSCIP, devem ser regidas por estatutos, cujas normas expressamente proibam a instituição de remuneração para os dirigentes que atuem efetivamente na gestão executiva.
  - (D) As pessoas jurídicas, interessadas em se qualificarem como OSCIP, devem ser regidas por estatutos, cujas normas expressamente prevejam, em caso de dissolução da entidade, que o respectivo acervo patrimonial adquirido seja revertido ao poder público parceiro.
  - (E) É permitido às OSCIPs adquirir bens imóveis com os recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, mas eles deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade.
- 35.** Com relação às parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil (OSCs), assinale a alternativa correta de acordo com a previsão da Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014.
- (A) Será inexigível o chamamento público quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança.
  - (B) A proposição no Procedimento de Manifestação de Interesse Social impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público subsequente.
  - (C) A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público no caso de iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias.
  - (D) A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social dispensa a convocação, por meio de chamamento público, para a celebração de parceria.
  - (E) Será impedida de participar da comissão de seleção do chamamento público pessoa que, nos últimos oito anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes do chamamento público.

- 36.** Determinado servidor municipal efetivo violou os deveres de honestidade e legalidade, descumprindo normas relativas à fiscalização de contas de parceria firmada pela administração pública com entidade privada, com lesividade relevante ao bem jurídico tutelado. Diante da situação hipotética, é correto afirmar de acordo com a previsão da lei de improbidade administrativa, nº 8429 de 02 de junho de 1992, que o servidor estará sujeito às penas da lei
- (A) se ocorrer efetivo dano ao erário, ainda que sua conduta seja apenas culposa.
  - (B) se agir dolosamente e somente se for comprovado efetivo dano ao erário público.
  - (C) apenas se comprovado o intuito de obtenção de benefício indevido para si.
  - (D) se agir dolosamente e somente se for comprovado enriquecimento ilícito do agente público.
  - (E) se agir dolosamente com o intuito de obtenção de proveito ou benefício indevido para outra pessoa ou entidade.
- 37.** O poder público municipal pretende realizar compra no valor total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) com entrega integral e imediata dos bens adquiridos, da qual não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica. De acordo com o disposto na Lei de licitações, nº 14.133 de 01 de abril de 2021, considerada a hipótese mencionada, é correto afirmar que
- (A) é permitida a celebração de contrato verbal com a administração.
  - (B) não pode ser substituído o instrumento contratual por outro instrumento hábil, o que somente é admitido no caso de dispensa de licitação.
  - (C) pode ser substituído o instrumento contratual por outro instrumento hábil, como nota de empenho de despesa ou carta-contrato.
  - (D) se mostra obrigatório o instrumento contratual escrito.
  - (E) não pode ser substituído o instrumento contratual por outro instrumento hábil, o que somente é admitido no caso inexigibilidade de licitação.
- 38.** Finalizada a licitação, a Administração convocou o licitante vencedor para assinar o termo de contrato, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação e houve recusa injustificada. Diante da hipótese, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.
- (A) Deve a Administração convocar todos os licitantes remanescentes para negociação conjunta, visando a obtenção do melhor preço para o Poder Público.
  - (B) É facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebração do contrato segundo as condições do licitante vencedor.
  - (C) Mostra-se vedado, à Administração, adjudicar e celebrar o contrato, nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, quando frustrada a negociação de melhor valor.
  - (D) A recusa injustificada do adjudicatário e demais licitantes remanescentes convocados caracteriza descumprimento total da obrigação, sujeitando-os às penalidades legalmente estabelecidas.
  - (E) Deve a Administração imediatamente convocar os licitantes remanescentes, segundo a ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições por eles ofertadas.
- 39.** O Poder Público Municipal celebrou contrato em que houve a previsão de conclusão de escopo predefinido, com base no disposto na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, e o objeto não foi concluído no prazo previsto no contrato. Nessa situação hipotética, é correto afirmar, com base no diploma mencionado, que
- (A) o prazo de vigência do contrato mencionado será automaticamente prorrogado na hipótese de ausência de culpa por parte do contratado.
  - (B) a Administração Pública deverá sempre prorrogar o prazo de vigência do contrato mencionado pelo período necessário à conclusão do objeto.
  - (C) a administração deverá extinguir o contrato e impor as penalidades cabíveis se houver culpa do contratado, não podendo prorrogar o prazo de vigência do contrato.
  - (D) é expressamente vedada qualquer forma de prorrogação do prazo de vigência no contrato mencionado.
  - (E) se não houver culpa por parte do contratado, a legislação admite no máximo duas prorrogações do prazo de vigência do contrato mencionado.

40. Em contrato de prestação de serviços, regido pela Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, pretende a Municipalidade reduzir o valor inicial atualizado do contrato, tendo em vista a necessidade decorrente da diminuição quantitativa do objeto. Levando-se em consideração que na situação hipotética ocorreu o normal desenvolvimento do contrato, com a ausência de qualquer situação extraordinária ou imputável ao particular, é correto afirmar, de acordo com a legislação apontada, que
- (A) o Poder Público tem o direito de reduzir, de forma unilateral, no percentual de até 30% (trinta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e o particular é obrigado a aceitar a redução nas mesmas condições contratuais.
  - (B) o Poder Público tem o direito de reduzir, de forma unilateral, no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e o particular é obrigado a aceitar a redução, nas mesmas condições contratuais, sem qualquer direito à indenização.
  - (C) o Poder Público tem o direito de reduzir, de forma unilateral, no percentual de até 35% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e o particular é obrigado a aceitar a redução nas mesmas condições contratuais, mas poderá fazer jus à indenização pelos materiais adquiridos e outros danos decorrentes da supressão.
  - (D) o particular não é obrigado a aceitar supressão em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, tendo direito à extinção do contrato.
  - (E) a alteração, em percentual superior a 15% (quinze por cento) do valor inicial atualizado do contrato, somente pode ocorrer de comum acordo entre as partes.
41. Entre os direitos do poder concedente, na concessão de serviço público regida pela Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, está o de intervenção na concessão. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.
- (A) A intervenção depende da edição prévia de lei específica, fixando o prazo de intervenção e a nomeação do interventor, bem como os motivos que autorizaram a intervenção.
  - (B) A intervenção somente pode ser determinada após finalizado regular processo administrativo, em que sejam assegurados ampla defesa e contraditório.
  - (C) A intervenção depende de decreto do poder concedente, seguindo-se, no prazo de até 60 dias da declaração, a instauração de procedimento administrativo para apurar as causas da medida e responsabilidades.
  - (D) Declarada a intervenção, deve o poder público instaurar procedimento administrativo no prazo de até 180 dias, sob pena de ser considerada inválida a intervenção.
  - (E) Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.
42. Em consórcio público de direito público formado por diversos Municípios, o Município A não está cumprindo as obrigações assumidas do contrato de rateio. Já o Município B sequer consignou, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.
- Diante da situação hipotética, é correto afirmar, de acordo com a previsão da Lei nº 11.107 de 06 abril de 2005, que
- (A) o Município B poderá ser excluído do consórcio, após prévia suspensão.
  - (B) o consórcio público é a única parte legítima para exigir o cumprimento das obrigações do contrato de rateio pelo Município A.
  - (C) o Município A deverá ser diretamente excluído do consórcio.
  - (D) o Município B deverá ser diretamente excluído do consórcio.
  - (E) apenas os demais Municípios são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações do contrato de rateio pelo Município A.
43. Determinado Município passou por situação de calamidade pública, ficando configurada urgência de atendimento de situação passível de ocasionar prejuízo, ou afetar a segurança de pessoas ou bens. Em virtude do ocorrido, pretende contratar empresa para a realização de obras, visando tutelar a segurança de pessoas e a integridade de bens públicos e particulares afetados pela tragédia. Diante da situação mencionada, é correto afirmar, à luz do disposto na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, tratar-se de hipótese de
- (A) dispensa de licitação, podendo a empresa ser diretamente contratada sem licitação pelo prazo necessário à conclusão das obras, podendo haver prorrogação.
  - (B) dispensa de licitação, podendo a empresa ser contratada pelo prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da ocorrência da calamidade, vedada a possibilidade de prorrogação.
  - (C) dispensa de licitação, podendo a empresa ser contratada pelo prazo máximo de 01 (um) ano, contado da data da ocorrência da calamidade, vedada a possibilidade de prorrogação.
  - (D) dispensa de licitação, podendo a empresa ser contratada pelo prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da ocorrência da calamidade, vedada a recontração de empresa já contratada com base no mesmo fundamento.
  - (E) inexigibilidade de licitação, podendo a empresa ser contratada pelo prazo máximo de 01 (um) ano, vedadas a prorrogação e a recontração de empresa já contratada com base no mesmo fundamento.

44. Com base na previsão da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, é correto afirmar que o princípio da segregação de funções
- (A) exige que o agente de contratação recaia sobre servidores do quadro permanente da Administração Pública.
  - (B) é aplicável aos agentes públicos indicados para o desempenho das atividades relacionadas aos processos de licitações, não tendo aplicação aos órgãos de assessoramento jurídico da administração pública.
  - (C) proíbe que seja designada, como agente de contratação, uma única pessoa encarregada de conduzir o processo de licitação, tomando decisões, acompanhando o trâmite da licitação, e dando impulso ao procedimento licitatório.
  - (D) é aplicável aos órgãos de controle interno e de assessoramento jurídico da Administração.
  - (E) exige que a licitação seja conduzida preferencialmente por órgão colegiado denominado comissão de contratação, de modo a evitar a ocorrência de fraudes.
45. Com relação ao sistema de registro de preços, assinale a alternativa correta de acordo com a previsão da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.
- (A) Trata-se de instrumento auxiliar das contratações públicas que, atendidos os requisitos legais, pode ser aplicado às compras e serviços, inclusive de engenharia, obras, aquisição e locação de bens.
  - (B) O edital na licitação para registro de preços poderá dispor sobre a possibilidade de prever preços diferentes apenas quando a cotação for variável em razão do tamanho do lote.
  - (C) O edital na licitação para registro de preços deverá adotar como critérios de julgamento o do menor preço ou o maior retorno econômico.
  - (D) É vedado que o órgão ou a entidade participe de mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto, no prazo de validade daquela que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo superior ao máximo previsto no edital.
  - (E) O sistema de registro de preços não pode ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.
46. Município situado no Estado de São Paulo pretende aderir à ata de Registro de Preços de outro ente federativo, na qualidade de não participante. Com base na hipótese mencionada, é correto afirmar, a partir do disposto na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que
- (A) somente é permitido ao Município a adesão, como não participante, à ata de registro de preços do Estado onde situado ou da União, não sendo possível aderir à ata de registro de preços de outro Município.
  - (B) é possível a adesão à ata de Registro de Preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.
  - (C) é possível a adesão à ata de Registro de Preços de outro ente federativo, exigida apenas consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora.
  - (D) é possível a adesão à ata de Registro de Preços de outro ente federativo, mas as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 60% (sessenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para os órgãos participantes.
  - (E) é possível a adesão à ata de Registro de Preços de outro Município, ainda que a ata tenha sido originada de contratação direta, desde que tenha havido prévia consulta, aceitação da entidade gerenciadora e do fornecedor, e os preços estejam compatíveis com os praticados no mercado.
47. Em consórcio público de direito público constituído e já ratificado por 7 municípios paulistas, o município A pretende extinguir o consórcio ou, se não for possível, pretende sua retirada, recebendo em devolução os bens que havia destinado ao consórcio. Sobre a hipótese mencionada e considerando-se o disposto na Lei nº 11.107 de 06 de abril de 2005, assinale a alternativa correta.
- (A) Para a extinção do consórcio, é necessária a adesão de ao menos 4 municípios consorciados, exigidas leis aprovadas pelos legislativos, ocorrendo a reversão automática dos bens destinados pelos entes consorciados.
  - (B) Não há a previsão, na legislação, da possibilidade de devolução dos bens destinados ao consórcio nos casos de retirada do ente consorciado, mas apenas nos casos de extinção do consórcio.
  - (C) É possível a retirada do ente consorciado, exigido decreto do executivo respectivo, sendo possível a devolução dos bens destinados ao consorciado se houver previsão expressa no instrumento de transferência dos bens.
  - (D) A extinção do consórcio depende de instrumento, aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.
  - (E) Os bens destinados ao consórcio público, pelo consorciado que se retira, serão revertidos automaticamente ao ente público.

- 48.** Considere que organização da sociedade civil firmou termo de parceria com o poder público, com início em fevereiro e término em novembro de 2024, com o regular desenvolvimento da parceria, sem evidências de irregularidades. Sobre a prestação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, nos termos do disposto na Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, é correto afirmar que mencionada organização da sociedade civil está obrigada a
- (A) uma única prestação de contas, no prazo improrrogável de até 90 dias após o término da vigência da parceria.
  - (B) prestação de contas a cada 3 meses, até o final do período da parceria.
  - (C) prestação de contas no prazo de até 60 dias após o término da vigência da parceria, prorrogável por 60 dias, desde que devidamente justificado.
  - (D) prestação de contas a cada 6 meses e no prazo de 90 dias após o término da vigência da parceria, prorrogável por igual período desde que devidamente justificado.
  - (E) prestação de contas no prazo de até 90 dias a partir do término da vigência da parceria, prorrogável por até 30 dias, desde que devidamente justificado.
- 49.** Em licitação que envolve o fornecimento de bens, estando na fase de julgamento das propostas, a Administração pública municipal pretende exigir amostra ou prova do conceito do bem dos licitantes. Na situação mencionada, é correto afirmar, de acordo com a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que, na fase de julgamento das propostas,
- (A) não é permitida a exigência de amostra ou prova do conceito do bem.
  - (B) a exigência deverá ser restrita ao licitante provisoriamente vencedor, desde que devidamente justificada a necessidade de sua apresentação e presente no edital da licitação.
  - (C) é sempre permitida a exigência a todos os licitantes, ainda que não presente no edital da licitação.
  - (D) é permitida a exigência a todos os licitantes, desde que devidamente justificada a necessidade e presente no edital da licitação.
  - (E) é permitida a exigência conjunta aos dois licitantes melhor qualificados, desde que devidamente justificada a necessidade.
- 50.** Houve denúncia de que, em contrato de concessão de serviços públicos municipais, regido pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a empresa concessionária estaria contratando, com terceiros, a realização de atividades complementares ao serviço concedido. Na hipótese mencionada, assinale a alternativa correta.
- (A) É possível a contratação de terceiros para realização de atividades complementares, ainda que omisso o contrato de concessão.
  - (B) Trata-se de hipótese de subconcessão, somente permitida a contratação de terceiros se houver previsão no contrato de concessão.
  - (C) É possível a contratação de terceiros para a realização de atividades complementares, somente se houver previsão expressa no contrato de concessão.
  - (D) Trata-se de hipótese de subconcessão, permitida se houver autorização pelo poder concedente, ainda que não previsto no contrato de concessão.
  - (E) A hipótese mencionada é expressamente vedada pela legislação.

